



Decisão atende pedido do Ministério Público por indícios de omissão

Justiça afasta conselheiras após morte de menina em Ribeirão

Cinco integrantes do Conselho Tutelar III de Ribeirão Preto foram afastadas por decisão da Justiça após indícios de omissão no atendimento a denúncias envolvendo uma menina de 3 anos, morta meses depois pelo avô e pela companheira dele. Segundo o Ministério Público, o órgão foi informado sobre suspeitas de maus-tratos, desnutrição e situação de risco, mas teria adotado apenas uma diligência, sem busca ativa ou acionamento da rede de proteção. O afastamento é cautelar, e suplentes deverão ser convocados em até dez dias para assumir as funções. A decisão ressalta que a medida não representa condenação antecipada, e que a responsabilidade das conselheiras será analisada ao longo da ação, com garantia do contraditório e da ampla defesa. O avô e a companheira da criança respondem por tortura e homicídio qualificado.

Prefeita de Bauru aciona Justiça contra Facebook

A prefeita de Bauru, Suéllen Rosim (PSD), ingressou com quatro ações judiciais contra o Facebook e usuários da plataforma por publicações consideradas ofensivas. Segundo a defesa, três processos envolvem ataques relacionados à gravidez da prefeita e um trata de uma montagem com conteúdo racista. A Justiça já concedeu liminares em dois casos, determinando a remoção das postagens e a identificação dos responsáveis. A defesa pede indenização de até R\$ 20 mil por réu. As outras duas ações ainda aguardam análise da Justiça.



Dois ações já tiveram liminares favoráveis à prefeita Suellen

Indicação para preservar Estádio Palma Travassos

A Câmara de Ribeirão Preto aprovou uma indicação do vereador Camilo Calandrelli (PL) para que a Prefeitura acompanhe a situação do Estádio Doutor Francisco de Palma Travassos, sede do Comercial Futebol Clube, que é alvo de leilão judicial. A proposta solicita que o Executivo avalie medidas para preservar o patrimônio histórico. Segundo o parlamentar, o estádio faz parte da história esportiva e da identidade cultural do município. Com a aprovação em plenário, a indicação será encaminhada ao Executivo.

CEI vê possibilidade de rever contrato da Área Azul

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) que apura o novo sistema da Área Azul em Bauru discutiu a possibilidade de revisar o contrato de operação do estacionamento rotativo. Segundo advogados da Emdurb, a legislação permite alterações durante a execução, inclusive acima de 25%, desde que haja acordo entre as partes. A comissão já defendeu a retirada dos parquímetros do contrato.

Linguagem neutra

A Câmara de Piracicaba aprovou requerimento do vereador Renan Paes que cobra explicações da Prefeitura sobre o uso da expressão “juntas, juntos e juntas” em publicação da Secretaria da Cultura. O parlamentar questiona se o conteúdo contraria a Lei Federal e pede informações sobre a produção, autorização e eventual uso de recursos públicos na divulgação.

Jogo do tigrinho

A Comissão de Segurança Pública da Câmara de Limeira discutiu os impactos do vício em jogos de azar, como o “jogo do tigrinho”, na saúde mental. Durante a reunião, vereadores relataram casos de endividamento, violência e suicídios associados às apostas. O colegiado anunciou que irá elaborar uma campanha de conscientização sobre os riscos dos jogos de azar.

Escola Lagoa Nova

Após 17 anos da doação do terreno, Limeira inaugurou a Escola Estadual do Jardim Lagoa Nova. A unidade tem capacidade para atender cerca de 1,3 mil alunos em período integral. Com investimento superior a R\$ 25 milhões, a obra foi retomada em 2025 após articulação entre a Prefeitura e o Governo do Estado.

Mais saneamento

Taubaté receberá R\$ 332 milhões em investimentos até 2028 para ampliar os sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto. As obras beneficiarão cerca de 2 mil famílias em seis regiões da cidade. O pacote prevê a implantação de 272 quilômetros de redes, além de uma estação de tratamento de água, uma de esgoto e um novo reservatório.

Menores proibidos

Foi publicada a lei que proíbe a participação de menores de 18 anos na Parada do Orgulho LGBTQIA+ em Sorocaba. A norma prevê multa de R\$ 10 mil aos organizadores e de R\$ 5 mil aos pais ou responsáveis em caso de descumprimento. Também determina comunicação ao Conselho Tutelar e à Polícia da Infância.

R\$ 1 bi no RioPretoPrev

A RioPretoPrev encerrou 2025 com patrimônio de R\$ 1,32 bilhão, superávit orçamentário de R\$ 77,9 milhões e rentabilidade de 13,34%, acima da meta atuarial. Os resultados foram apresentados em audiência pública de prestação de contas. O instituto também manteve a certificação Pró-Gestão RPPS Nível IV e registrou redução do déficit atuarial.



Defensoria Pública também cobra solução para prédio abandonado no Centro

Rio Preto pode usar 211 imóveis abandonados como moradia

Defensoria pede que Prefeitura crie uma política para reaproveitar propriedades

Da **Redação**

Mais de 200 imóveis abandonados em São José do Rio Preto podem ganhar uma nova destinação. A Defensoria Pública ingressou com uma ação coletiva para obrigar a Prefeitura a criar uma política permanente de identificação, arrecadação e aproveitamento dessas propriedades, priorizando seu uso em programas de habitação social. O processo também pede uma solução para um edifício inacabado há décadas na região central da cidade.

A ação tem como base um levantamento da própria administração municipal, que identificou 211 imóveis particulares com pelo menos três anos consecutivos de IPTU em atraso. Desse total, 181 estão concentrados no Centro e em bairros vizinhos, áreas que já contam com infraestrutura urbana, transporte e serviços públicos.

Segundo a Defensoria, recuperar imóveis já existentes pode ser mais eficiente do que expandir a ocupação para regiões periféricas. Das propriedades cadastradas, 48 passaram por vistoria técnica e todas apresentaram sinais de abandono ou degradação. Entre elas, 22 acumulam cinco anos ou mais de inadimplência e podem ser submetidas ao procedimento de arrecadação como bens

vagos, desde que atendidos os requisitos previstos em lei.

Antes de recorrer à Justiça, a instituição encaminhou uma recomendação ao Município solicitando a criação de um plano com metas, cronograma e responsáveis pela política de reaproveitamento dos imóveis. Segundo a ação, o documento, enviado em abril, não recebeu resposta até o ajuizamento do processo, no fim de julho.

Além da política habitacional, a Defensoria pede providências para o edifício inacabado localizado na esquina das ruas 15 de Novembro e Silva Jardim. A proposta é que o imóvel receba uma destinação social em até 180 dias. Caso isso não ocorra, poderão ser aplicados instrumentos urbanísticos previstos na legislação, como utilização compulsória e IPTU progressivo.

De acordo com a Empresa Municipal de Construções Populares, o déficit habitacional de São José do Rio Preto pode chegar a 21 mil famílias. Por isso, a Defensoria defende que os imóveis eventualmente incorporados ao patrimônio público sejam destinados a programas de moradia voltados a pessoas em situação de rua, mulheres vítimas de violência, jovens egressos do sistema socioeducativo e famílias em situação de vulnerabilidade.